

Principais Agregados das Administrações Públicas
2016 – Dados provisórios

Principais Agregados das Administrações Públicas

O INE apresenta os dados dos Principais Agregados das Administrações Públicas (AP), relativos à estimativa provisória anual de 2016 e enviados ao Eurostat no âmbito do programa de transmissão SEC 2010¹.

De acordo com esta estimativa provisória, o setor das AP apresentou, em 2016, uma necessidade líquida de financiamento de 3 665 milhões de euros (2,0% do PIB).

As contas do setor das AP apresentadas neste destaque são compiladas de acordo com os conceitos e definições do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 2010 (SEC 2010). São ainda seguidas as orientações específicas do Manual do Défice e da Dívida das Administrações Públicas².

Os dados apresentados são consistentes com a segunda notificação de 2017 relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), também hoje divulgada.

O quadro 1 apresenta os valores provisórios dos principais agregados das AP para o ano de 2016, discriminados por subsectores:

QUADRO 1 - PRINCIPAIS AGREGADOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS - DADOS PROVISÓRIOS

ANO: 2016

Unidade: Milhões de euros

Código da operação	Designação da operação	Administrações Públicas	Administração Central	Administração Regional e Local	Fundos de Segurança Social
		S13	S1311	S1313	S1314
TE	Total de despesas das administrações públicas	83 371	62 640	10 489	23 237
TR	Total de receitas das administrações públicas	79 706	56 559	11 343	24 798
B.9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (saldo em Contas nacionais)	-3 665	-6 081	855	1 561

Nota:
Para o total das despesas e total das receitas, por efeitos de consolidação de algumas operações, a soma dos subsectores não é igual ao valor do total do setor.

O setor institucional das AP registou uma necessidade líquida de financiamento de 3 665 milhões de euros em 2016, correspondente a 2,0% do PIB, o que compara com 4,4% observado em 2015. Esta necessidade de financiamento

¹ Regulamento (UE) n.º 549/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2003, relativo ao sistema europeu de contas nacionais e regionais na União Europeia.

² Este documento encontra-se disponível em <http://ec.europa.eu/eurostat/en/web/products-manuals-and-guidelines/-/KS-GQ-16-001>

agregada teve origem no subsetor da Administração Central, dado que os subsetores da Administração Regional e Local e dos Fundos de Segurança Social apresentaram capacidade líquida de financiamento.

O quadro 2 apresenta as principais componentes da receita das AP, com a natureza de valores finais para o ano de 2015 e provisórios para o ano de 2016:

QUADRO 2 - RECEITAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Unidade: Milhões de euros

Código da operação	Designação da operação	2015	2016
OTR	Receita Total	78 751	79 706
	Receita Corrente	77 351	78 909
	da qual		
D2	Impostos sobre a produção e a importação	26 069	27 347
D61	Contribuições Sociais	20 783	21 609
D5	Impostos correntes sobre o rendimento, património, etc...	19 529	19 081
D9	Receita de Capital	1 400	796

A receita total das Administrações Públicas aumentou 1,2% (cerca de 950 milhões de euros) em 2016 relativamente ao valor anterior, em resultado do efeito conjugado da melhoria da receita corrente e da redução da receita de capital.

Entre os anos de 2015 e 2016, a receita corrente registou um aumento de 2,0%, impulsionado pelas contribuições sociais e pelos impostos sobre a produção e a importação, que apresentaram subidas de, respetivamente, 4,0% e 4,9%, em resultado da evolução da atividade económica e do emprego e também a implementação do Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado. Estas variações determinaram um aumento dos respetivos pesos relativos no total da receita, tendo os impostos sobre a produção e a importação passado a representar 34,3% do total (um aumento de 1,2 pontos percentuais (p.p.)) e as contribuições sociais 27,1% (uma subida de 0,7 p.p.). Os impostos correntes sobre o rendimento, património, etc... apresentaram, em 2016, uma diminuição de 2,3%, passando a representar 23,9% da receita total (24,8% em 2015).

O quadro 3 apresenta as principais componentes da despesa das AP, valores finais e provisórios, para os anos de 2015 e 2016, respetivamente:

QUADRO 3 - DESPESAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Unidade: Milhões de euros

Código da operação	Designação da operação	2015	2016
OTE	Despesa Total	86 669	83 371
	Despesa Corrente	79 003	79 818
	da qual		
D1	Remunerações dos Empregados	20 349	20 881
D62	Prestações Sociais, exceto Prestações Sociais em espécie	31 338	31 730
D41	Juros	8 210	7 761
D9+P5+NP	Despesa de Capital	7 666	3 552

A despesa total das AP registou uma diminuição de 3,8% em 2016. Esta variação negativa resultou do efeito conjugado de um aumento de 1,0% na despesa corrente e de uma diminuição de 53,7% na despesa de capital, correspondente a uma redução do peso relativo na despesa total em 4,5 p.p., que se fixou em 4,3% em 2016.

O aumento de 1,0% na despesa corrente foi consequência dos aumentos de 2,6% nas remunerações dos empregados e de 1,2% nas prestações sociais, exceto prestações sociais em espécie, resultantes das medidas de reposição salarial dos funcionários da administração pública ocorridas no ano de 2016, e da diminuição de 5,5% nos encargos com juros. Estas variações implicaram que o peso relativo das remunerações dos empregados e das prestações sociais, exceto prestações sociais em espécie tenham, respetivamente, apresentado um aumento de 1,6 e 1,9 p.p., para 25,0% e 38,1% do total da despesa. O peso relativo dos encargos com juros diminuiu ligeiramente, passando a representar 9,3% da despesa total (9,5%, em 2015).

A despesa de capital registou uma diminuição de 53,7%, entre 2015 e 2016. Esta variação negativa teve como principais contributos a diminuição em 34% da formação bruta de capital entre 2015 e 2016 e o efeito de base devido ao registo em 2015, como transferência de capital, da operação extraordinária de resolução do Banif, S.A. no montante de 2,5 mil milhões de euros.

O quadro 4 apresenta os saldos das AP, valores finais para 2015 e provisórios para 2016:

QUADRO 4 - SALDOS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Unidade: Milhões de euros

Código da operação	Designação da operação	2015	2016
B9	Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (saldo em Contas nacionais)	-7 918	-3 665
	Saldo Corrente	-1 652	-909
B9 - D41	Saldo Primário	292	4 096

A necessidade líquida de financiamento do setor das AP reduziu-se em 4 253 milhões de euros em 2016, relativamente a 2015, fixando-se em 3 552 milhões de euros (2,0% do PIB), em resultado dos efeitos conjugados da diminuição da despesa (em 3,8%) e do aumento da receita (em 1,2%).

O saldo primário, que corresponde ao saldo global excluindo o pagamento de juros, fixou-se em 4 906 milhões de euros, verificando-se uma melhoria de 3 803 milhões de euros relativamente ao ano anterior.

Revisões

Relativamente aos valores apresentados em março passado, os dados de 2015 apresentam agora uma natureza final, com a incorporação de informação também final referente a todas as entidades das Administrações Públicas.

Os dados respeitantes a 2016 apresentam ainda uma natureza provisória. As revisões efetuadas relativamente à versão inicial de 2016 refletem não apenas a incorporação de dados revistos da Administração Local, do Serviço Nacional de Saúde e da Informação Empresarial Simplificada (IES), mas também o uso de informação adicional baseada na especialização do exercício (*accrua*), ao invés de informação baseada em fluxos de caixa, para um conjunto mais vasto de entidades.

Assim, comparativamente com a publicação efetuada em março, a necessidade líquida de financiamento do setor das AP agravou-se em cerca de 92 milhões de euros em 2015, tendo melhorado em cerca de 57 milhões de euros em 2016.